

Aconteceu

GERAL

1º de maio contra o desemprego

Este ano os trabalhadores comemoraram o 1º de maio com manifestações contra o desemprego, em defesa do salário integral e da democracia. Em São Pau-

lo, sindicalistas da CUT disseram que os trabalhadores podem ocupar fábricas como forma de resistir às demissões. Leia na página 4. Foto: Vera Jursys.



Igreja Universal sofre inquérito

Polícia investiga morte de uma mulher durante culto da Igreja Universal do Reino de Deus. (página 15)

Congresso da CUT

O 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, realizado em São Paulo, traçou novas estratégias para o movimento. (página 6)

Bird diz que nosso ensino faliu

Relatório do Banco Mundial aponta a falência do ensino brasileiro de 2º grau. (página 12)

Collor e as eleições

Pesquisa do DataFolha revela que a influência de Collor de Mello nas eleições para governador ainda é pequena. (página 3)

Começa explosão das pistas em terras Yanomami

No dia 2 de maio, foi explodida a primeira pista de pouso clandestina em terras Yanomami, numa operação que envolveu 70 homens do Exército, Polícia Federal, Ibama e Funai. Outras 11 serão dinamitadas até o dia 13. (página 10)

Preços sobem 33% em São Paulo, registra Fipe

Contrariando o índice de inflação zero anunciado pelo governo Collor, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) apurou alta de 33,26%. Para constatar esse aumento, a Fipe pesquisou o comportamento dos preços na cidade de São Paulo durante as quatro últimas semanas em comparação com as quatro semanas imediatamente anteriores. Esse período engloba as três últimas semanas do governo Sarney, quando a inflação estava bastante acelerada, além de cinco semanas do Plano Collor.

O que mais contribuiu para a alta de 33,23% foi a elevação dos aluguéis (mais 78,84%). Em seguida, vem o reflexo do aumento das tarifas públicas. Os transportes urbanos subiram 76,35%, a manutenção do

domicílio (que inclui gastos com luz, água e outros) teve alta de 55,99% e o item veículo próprio (onde entra o aumento dos combustíveis) subiu 45,82%.

Juarez Rizzieri, coordenador do IPC da Fipe, disse que, além desses resíduos da inflação em cruzados, alguns itens pesquisados já apresentam inflação em cruzeiros. São eles: vestuário, hortifrúteis e carnes. No caso do vestuário e dos hortifrúteis, a pressão inflacionária é justificável, em função do início do inverno. Já no caso das carnes, Rizzieri acredita que o setor possa estar se aproveitando da manutenção da demanda para chegar ao topo de preços da tabela da Sunab, que estariam em níveis muito altos.

Governo libera preços e mantém salários congelados

Os salários continuam estacionados, mas o governo Collor começou a descongelar a economia, ao divulgar, logo depois do 1º de maio, a liberação de preços de nove produtos e de todos os outros bens e serviço.

Entre os produtos com preços ainda congelados estão as mercadorias listadas na tabela da Sunab, tarifas públicas e cigarros. Estão liberados produtos como hortifrutigranjeiros, roupas e calçados, tintas, lâmpadas e pilhas.

O congelamento em maio atinge a tabela da Sunab, de 107 itens, entre os quais carne bovina e suína, fei-

jão, arroz, leite e detergente. Na área rural, foram congelados os preços de fertilizantes, colheitadeiras e tratores. O mesmo aconteceu com vidro plano e cimento, fundamentais para a construção civil.

Para os aluguéis, ficou mantida a regra anterior, que determina a correção nos meses fixados nos contratos de acordo com o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) até março e de acordo com o índice de correção salarial a partir de abril.

O índice de correção dos salários deste mês será divulgado no dia 16 e deverá ficar acima da meta da inflação do mês divulgado no mesmo dia.

Oferta acaba e eletrodomésticos sobem

Depois de uma avalanche de ofertas, os preços dos eletrodomésticos voltaram aos patamares anteriores ao Plano Collor. Pesquisa do DataFolha constatou o fim das liquidações e a recuperação dos aumentos no setor. Alguns preços subiram tanto a partir da segunda quinzena de abril

que hoje estão acima da média encontrada antes da decretação das medidas econômicas. Um exemplo é o televisor Panasonic, modelo TC20CZ, com controle remoto e vinte polegadas, que em 14 de março custava, em média, NCz\$ 37.175,00, e em 24 de abril, Cr\$ 50.066,70.

Aconteceu

Nº 540

17 de abril a 4 de maio de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor

Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte

Flávio Irala

Editores assistentes

Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria gráfica

Beatriz Araújo Martins

Diagramação

Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão

Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu — uma publicação do CEDI — é uma revista de notícias extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, cep 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — cep 22221.

Assinatura anual

Cr\$ 260,00

Assinatura de apoio

Cr\$ 350,00

Assinatura exterior

US\$ 50

Influência de Collor nas eleições ainda é pequena

Pesquisa realizada pelo Data-Folha e publicada dia 29 de abril na *Folha de S. Paulo* revela que ainda é pequena a influência do presidente Collor de Mello nas eleições para governador. A popularidade regional tem sido o fato mais importante para definir as primeiras posições nesta fase ainda insipiente do processo eleitoral.

Ligados diretamente a Collor são cinco os candidatos bem cotados: Paulo Maluf (SP), Renan Calheiros (AL), Joaquim Roriz (PE) e Hélio Garcia (MG). Da oposição, com bom desempenho despontam Mário Covas (SP), Leonel Brizola (RJ) e Pimenta da Veiga (MG). Veja a situação de cada candidato nos principais estados:

São Paulo — Em primeiro lugar despontam Mário Covas, com 41%, e Paulo Maluf, com 37% das intenções de votos. O empresário e animador de TV Silvio Santos, virtual candidato do PST, ligado a Collor, aparece com 18%.

Micropartidos podem ficar fora da disputa

Os micropartidos estão ameaçados de ficar fora das eleições deste ano. Dos 45 partidos inscritos no Tribunal Superior Eleitoral, 29 possuem registro provisório e terão dificuldades para concorrer à eleição de outubro. O registro provisório de dezessete deles vence antes do dia da eleição. Para conseguir registro definitivo, precisam criar diretórios municipais em nove estados.

No bloco dos ameaçados, estão partidos que disputaram a eleição presidencial no ano passado. É o caso do Partido da Mobilização Nacional, do candidato derrotado Celso Brant. Os doze partidos com registro provisório garantido têm até 24 de junho para atender à legislação e participar das eleições deste ano. Caso contrário, continuam existindo, mas ficam fora da disputa eleitoral deste ano. Partidos que não têm deputados vão ficar fora do horário gratuito. (*Folha de S. Paulo*, 22/04/90)

Rio Grande do Sul — Neste estado aparece a maior surpresa da pesquisa, que aponta o deputado estadual Sérgio Zambiasi, do PTB, como favorito com 27%. Ele lidera com folga de oito a onze pontos percentuais sobre os segundos colocados.

Paraná — O senador José Richa (PSDB) tem a maioria relativa, 30%.

Rio de Janeiro — Neste estado a popularidade do presidente Collor não chega a abalar o favoritismo dos candidatos que lhe fazem oposição. Leonel Brizola continua liderando, embora as intenções de voto para ele tenham caído de 59% para 53%. Cresce no Rio o número de indecisos.

Bahia — O resultado da eleição na Bahia está intimamente ligado ao próximo passo do ex-ministro Antonio Carlos Magalhães. O favorito é o próprio Magalhães, se disputar, ou o candidato que ele apoiar.

Brasília — O favorito no Distrito Federal é o ex-governador Joaquim Roriz, que aparece com 46% das in-

tenções de votos. Seu maior adversário é a lei da inelegibilidade, que pode tirá-lo do páreo por ter sido governador do Distrito Federal.

Minas Gerais — A disputa em Minas ficará entre o prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga (PSDB), que detém 25% dos votos, e o ex-governador Hélio Garcia (PRS), com 24%.

Pernambuco — O ex-prefeito de Recife Joaquim Francisco (PFL) quer vencer no primeiro turno a parada entre os pernambucanos. Por enquanto tem números para isso. Detém 53% das intenções de votos.

Alagoas — Neste estado a influência de Collor é grande e tem tudo para eleger governador seu líder na Câmara, Renam Calheiros (PRN). Calheiros tem hoje entre 40% e 43% dos votos.

Ceará — O ex-prefeito de Fortaleza Ciro Gomes (PSDB) é o campeão na intenção de votos, com patamar entre 60% e 70%.

Lula não quer disputar a reeleição

Luis Inácio Lula da Silva não deve mesmo disputar a reeleição. O deputado federal mais votado está mais disposto a concretizar o governo paralelo que propôs depois do dia 17 de dezembro. Ele aposta tudo no projeto, que para boa parte dos políticos do PT não tem futuro.

“Na criação do PT levei bordoadas de companheiros que não acreditavam que seria possível fundar um partido. Hoje somos o grande partido do país. Vai acontecer a mesma coisa com o governo paralelo”, acredita Lula.

Lula acha que o partido precisa de um instrumento permanente para acompanhar o adversário que chegou ao poder. Ele considera difícil conciliar a atividade parlamentar em Brasília com a retomada do antigo papel. “Não quero ficar confinado. O mundo aqui fora é mais fértil para minha política de mobilização”, defende.

Segundo Lula, repercutiu bem no meio sindical a idéia de ficar fo-

ra do parlamento. O deputado cita o sindicalista Jair Meneguelli, presidente da CUT, como seu possível sucessor na tarefa de arrastar votos para a legenda.

O deputado prevê uma onda de desemprego sem precedentes a partir do próximo mês, provocada pelas medidas econômicas do atual governo. “O partido tem que questionar todos os atos do governo e até sair na frente, propor medidas”, afirma. O alvo, é claro, é Fernando Collor de Mello.

Até Lurian, filha de Lula, entrou no time dos que querem o petista novamente deputado. “Tenho quatro anos de experiência e ninguém vai me convencer de que dá para ser um bom deputado e conseguir correr o Brasil e o mundo representando o PT”, insiste. Para Lula, não há risco de o PT paulista pagar na urna a ausência do nome de seu líder na cédula. “A hora que a militância entrar na campanha a coisa vira” (*Folha de S. Paulo*, 6/5/1990).

1º de Maio contra o arrocho do Plano Collor

As comemorações do 1º de maio deste ano foram marcadas pela defesa do emprego, do salário integral, da democracia e do patrimônio público, um dia de manifestações contra a recessão e o desemprego. Na Praça da Sé, cerca de cinco mil trabalhadores, representando 35 sindicatos ligados à CUT lembraram a data com palavras de ordem contra “o arrocho provocado pelo plano Collor”, as demissões e propostas de redução de salários e de jornadas. O tom dos discursos dos sindicalistas foi o de iniciar uma nova estratégia de luta: resistir às demissões com a ocupação das fábricas.

Em São Bernardo do Campo, ABC paulista, as comemorações contaram com cerca de 15 mil pessoas.

Montadoras querem reduzir 30% dos salários por 90 dias

Os salários dos funcionários das indústrias automobilísticas poderão ter redução em até 30% e a jornada de trabalho será administrada livremente por empresa. As negociações serão individuais com os sindicatos dos trabalhadores e, para evitar impasses, será criada uma comissão paritária para acompanhamento do processo. O acordo, com duração de noventa dias, poderá ser renovado.

Esta é a proposta apresentada pelo Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea) a seis sindicatos de metalúrgicos do interior e do ABC paulistas.

Os sindicatos receberam a proposta com muitas restrições. É que ela esbarra em duas questões consideradas fundamentais por eles: a garantia do emprego e do poder aquisitivo dos salários. “Os salários não podem ser reduzidos porque estimulam o mercado e o crescimento”, afirmou Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. (*Gazeta Mercantil*, 28 e 30/04/90)

O ponto alto foi o discurso do deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva. O líder do PT lembrou que há exatamente dez anos ele passou o 1º de maio na prisão, junto com outros sindicalistas. “Naquele tempo fizemos uma greve de 41 dias por 6% de aumento de salários. Agora estamos lutando para conquistar os mais de 80% que o plano econômico nos tirou”.

Para Lula, o plano editado por Fernando Collor visa as eleições deste ano e, segundo ele, “a classe trabalhadora será enganada até outubro, igualzinho ao que fez o PMDB, que meteu o pé no povo cinco dias depois de ganhar as eleições”. (*Jornal da Tarde e Diário do Grande ABC*, 02/05/90)

CUT aceita reduzir salário se empresa mostrar as contas

Suspensão imediata de todas as demissões e reduções de jornada de trabalho e de salários até o dia 10 de maio e abertura da contabilidade das empresas para exame pelos trabalhadores — essa foi a proposta apresentada pelos representantes da CUT aos empresários da Fiesp, em reunião que durou mais de duas horas.

Para Jair Meneguelli, presidente da CUT, o caminho para se evitar a recessão é a manutenção dos níveis de produção e dos salários, de maneira a evitar a quebra do consumo. Meneguelli quer ainda examinar os resultados contábeis das empresas para verificar sua real situação e a partir daí elaborar propostas de combate à recessão.

A Fiesp rejeitou essa proposta da CUT, através de declaração de seu presidente, Mario Amato, que determinou a criação de uma comissão com elementos de seus diversos departamentos para, junto com representantes dos trabalhadores, buscar soluções que garantam o êxito do Plano Collor. (*O Globo*, 24-25/04/90)

Os atos públicos do 1º de maio foram instituídos pela 2ª Internacional Socialista em 1889 como o Dia Internacional do Trabalhador, em homenagem aos “mártires de Chicago”, cinco líderes dos trabalhadores condenados à morte — embora não houvesse provas contra eles — sob a acusação de terem participado na morte de 15 policiais, durante a greve de maio de 1886. Essa greve reivindicava a redução da jornada diária de trabalho de 14 para 8 horas. A primeira manifestação no Brasil foi em 1895, organizada pelo Centro Socialista de Santos. Em 1924, o presidente Artur Bernardes oficializou a data.



Meneguelli encerra diálogo com a Fiesp

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, considerou encerradas as negociações com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que rejeitou o pedido de trégua nas demissões e na redução de salários, feito pela CUT. Ele também recusou a proposta da Fiesp de criação de uma comissão bilateral para discutir a crise. “Nossa proposta é de manutenção dos salários e da produção”, afirmou Meneguelli. (*Gazeta Mercantil*, 27/04/90)

34 mil metalúrgicos voltam ao trabalho

Aprensivos com o futuro de seus empregos e salários, 34,2 mil horistas da indústria automobilística reiniciaram, dia 2 de maio, suas atividades, depois de 36 dias de licença remunerada ou férias coletivas. Cerca de 23,5 mil metalúrgicos do setor continuam parados com retornos previstos para os dias 7 e 20 próximos.

Em São Bernardo, o Sindicato dos Metalúrgicos reiterou sua oposição à redução dos salários em até

30% pretendida pelas montadoras e voltou a recomendar a ocupação de fábricas caso as empresas pratiquem demissões em massa. "Temos que garantir o emprego a qualquer custo, resistir até às últimas consequências em casos de demissões", afirmou o presidente do sindicato, Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, 34, durante assembleia com os horistas do primeiro turno da Volks. (Folha de S. Paulo, 03/05/90)

PNBE faz acordo com sindicalistas

Onze empresários que coordenam o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) assumiram ontem o compromisso de não demitir seus empregados nos próximos quinze dias. O compromisso foi assumido com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ao final da quarta reunião em busca de alternativas à recessão. (Folha de S. Paulo, 01/05/90)

Opinião

Lutamos pelo trabalho

A pergunta que nós trabalhadores fazemos é muito simples: que mérito existe em derrubar a inflação, se junto com ela desaba toda a economia?

O impacto vivido pelos metalúrgicos de nossa base desde 16 de março é dramático. E isso vale para todos os trabalhadores brasileiros.

Aí estão as férias coletivas, as licenças remuneradas, a paralisação de mais de 50 mil metalúrgicos de nossa base. Aí estão as listas de demitidos, a previsão de que na construção civil serão dispensados mais de um milhão, o pânico entre os bancários.

No país inteiro, são milhões os pais de família que começam a viver o pesadelo do desemprego. Em cada fábrica, crescem os boatos sobre listas do facão. Pequenos e médios industriais visitam nosso Sindicato para reclamar e chorar o leite derramado, afirmando que suas empresas se tornaram inviáveis. Enquanto isso, as empresas gigantes interromperam a produção, numa espécie de chantagem discreta contra os autores do pacote, contra os consumidores e principalmente, contra seus funcionários.

Ora, como podemos aceitar reduzir ainda mais um salário que já vive no limite mais extremo do arrocho? Esqueceram que o choque subtraiu dos salários a inflação de março (84,32%) e que, em abril, a prefixação zero significa mais 24% de perdas?

Não concordaremos com perdas salariais, resistiremos por todas as formas e vamos ganhar as ruas, exigindo a retomada do crescimento econômico, o fim da recessão e das demissões, a aplicação de uma política econômica que efetivamente esteja voltada para atender as aspirações da imensa maioria de nosso povo. (Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, SP)

Pinguim de geladeira

O ministro do Trabalho, Rogério Magri, não está sendo desestabilizado do governo pela CUT ou por seu aliado ocasional, Luís Antonio de Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, como tem denunciado nos últimos dias.

Não há necessidade de desestabilização. O próprio Magri se imcumbem disso. Não precisa de inimigos. Pouco mais de 40 dias no poder foram suficientes para provar à sociedade, em geral, e ao presidente Collor, em particular, os riscos da demagogia como método administrativo.

Magri prova que não basta ser trabalhador para bem representar a classe trabalhadora no governo. Sem diálogo com a CUT, sem autoridade perante seus pares ideológicos do movimento sindical, sem a confiança dos empresários e sem ter sido levado a sério pela área econômica desde o início do governo, Magri não tem o que fazer no Ministério.

É francamente difícil imaginar um ministro sério em meio a tantos tropeços, que começam na gramática, continuam na inaptidão para entender os números da economia e terminam no completo alheamento sobre o que realmente faz o governo, inclusive na área trabalhista. Magri é hoje uma espécie de pinguim em cima da geladeira do governo: inútil e de mau gosto.

Mas os problemas no Ministério do Trabalho são antes de tudo uma lição para Collor: não se forma um governo só à base de efeitos especiais. O presidente quis improvisar e quis fazer uma concessão demagógica aos sindicatos. Só arranhou confusão. E os problemas nessa área mal começaram. (Livio Rodrigues, Diário do Grande ABC)

Trabalhadores rurais debatem novas estratégias

O movimento camponês deu mais um importante passo para a sua organização, com a realização, no estádio do Pacaembu, em São Paulo, de 30 de abril a 4 de maio, do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Durante seis dias, 414 delegados representando 129 sindicatos debateram novas estratégias para o movimento diante da nova conjuntura inaugurada pelo governo Collor.

O congresso permitiu, pela primeira vez em sete anos de vida da CUT, realizar um debate nacional específico dos problemas rurais no Brasil. "A estratégia é implantar a CUT em todos os recantos do país, para enfrentar a velha estrutura sindical, arcaica e pelega", disse Avelino Ganzer, diretor do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais e vice-presidente da CUT.

Um dos desafios, que se constitui em prioridade para os trabalhadores rurais a partir deste congresso, é avançar a luta para fazer com que os padrões cumpram os acordos coletivos. Outro tema que preocupa, e por isso mereceu atenção especial no congresso, é o aumento da violência no campo. Só no governo Collor já foram assassinados, em pouco mais de um mês, seis líderes. É proposta dos trabalhadores implantar setor específico de combate à violência. "Chega uma hora que não podemos ficar a espera da lei, temos que contar com nós mesmos", analisa Ganzer.



Lula, Avelino, Adelmo e Meneguelli: campo e cidade unidos na luta pela reforma agrária

No congresso, os participantes centraram o debate em torno de três temas: a análise da conjuntura nacional e latino-americana e sua relação com os sem terra; o plano de ação para a luta dos assalariados, dos sem-terra e dos pequenos produtores; e a organização sindical no campo.

"A diversidade de trabalhadores rurais (sem-terra, parceiros, meeiros, pequenos proprietários e assalariados) exige novas formas de organização sindical", alerta Adelmo Ascher, membro do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT e um dos coordenadores do congresso.

Em relação aos planos do governo Collor para o campo, os rurais são taxativos: não haverá reforma agrária. "A política de Collor aponta para o desenvolvimento de uma nova etapa, que são os contratos de parceria e arrendamento, que não são outra coisa senão o compromisso firmado com os latifundiários para usar o dinheiro público para desenvolver e tornar produtivas fazendas improdutivas", analisa Avelino.

Na opinião de Ascher, a escola de Antonio Mano Cabrera, um latifundiário, para o Ministério da Agricultura representa um projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo. (MC/I)

Velho e novo governos prejudicam reforma agrária

O governo Collor vai entregar às cooperativas agrícolas a organização dos assentamentos nas terras desapropriadas para a reforma agrária, segundo decisão anunciada pelo Ministério da Agricultura. Esta medida foi aprovada pela UDR, como informou seu presidente, José Jair da Costa.

Mas para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a proposta desvirtua o sentido social da reforma agrária

e permite que as cooperativas direcionem a produção. A cooperativa é uma empresa que procura a produção que dá mais lucro, deixando em segundo plano o problema social dos sem-terra. A CPT defende uma reforma agrária voltada para o mercado interno.

As desapropriações feitas irregularmente e sem um estudo adequado pelo governo José Sarney são outro problema. Em muitos casos,

foram desapropriadas terras impróprias para a agricultura e pagas a preços acima dos de mercado. Existem 2,5 milhões de hectares de terras já desapropriados, mas não assentadas, concentradas principalmente no Pará (600 mil hectares) estado de Jader Barbalho, ex-ministro da Reforma Agrária, e no Maranhão (1 milhão de hectares), estado do ex-presidente José Sarney. (MC/I)

Sequestro e assassinato de lavradores no Pará

O sindicalista Orlando Canuto de Oliveira, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (a 700 km ao sul de Belém) e militante do PC do B, escapou com vida do sequestro em que foram assassinados seus irmãos Paulo e José Canuto de Oliveira, ocorrido no dia 22 de abril em Rio Maria. Internado em estado grave num hospital em Belém, Orlando disse que sua vida "está por um fio" devido às posições de sua família em defesa da reforma agrária. Orlando e seus irmãos são filhos de João Canuto de Oliveira, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, assassinado por pistoleiros em 1985 pelos mesmos motivos.

O sindicalista afirmou não ter dúvidas de que o sequestro foi de encomenda e o crime está ligado aos proprietários da Fazenda Sua-

çuí, Geraldo e João Oliveira Braga, que querem eliminar quem ajuda as 20 famílias de posseiros nesta fazenda.

Os quatro sequestradores, que estavam armados e se identificaram como agentes da Polícia Federal, obrigaram Orlando e seus dois irmãos, Paulo e José, a entrarem algemados num carro e perguntaram várias vezes se eles estavam envolvidos no conflito de terras na Fazenda Suaçuí. Disseram que os próximos a serem procurados por eles para "acerto de contas" seriam o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, e um cunhado de Orlando, Carlos Cabral, também militante do PC do B. Segundo Orlando, os pistoleiros fizeram ainda referência ao caso do assassinato de outro militante desse partido em Rio Ma-

ria, o mecânico Brás de Oliveira, assassinado juntamente com Ronan Rafael Boaventura.

Entidades que congregam trabalhadores rurais estão organizando um ato de protesto contra o que classificam de omissão das autoridades policiais. A pressão dessas entidades e de políticos de partidos como o PT e o PC do B fizeram com que o governador do Pará, Hélio Gueiros, exonerasse, no dia 25 de abril, o delegado de Rio Maria, Pedro Vieira, acusado de ter ligações com os mandantes do crime.

Outro defensor dos trabalhadores rurais e da reforma agrária marcado para morrer é o padre Ricardo Rezende, vigário de Rio Maria, um dos principais responsáveis pelas denúncias de violências e injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais na região. (MC/1)

Advogado de posseiros é morto por pistoleiros

O advogado Wanderlin Torres Pinheiro, de 45 anos, que há dez anos defendia posseiros na região do Médio Araguaia, foi assassinado na noite de 24 de abril, diante da mulher e dos filhos. Três homens pararam um carro em frente à sua casa e um deles disparou três tiros.

Na Assembléia Legislativa, o deputado José Arimatéia (PSDB) denunciou o crime e responsabilizou latifundiários da região de Barra do Garças como mandantes. De acordo com o deputado, a tensão social no Vale do Araguaia vinha diminuindo há dois anos, mas nos últimos meses a situação voltou a ficar crítica, devido a liminares concedidas pela Justiça em favor de latifundiários, que tinham entrado com ação de despejo.

Recentemente 32 famílias de posseiros foram expulsas da gleba São Paulo, após o proprietário ter conseguido liminar com a juí-

za da comarca, Maria Aparecida Ribeiro. O deputado estima que no Vale do Araguaia, que compreende dezesseis municípios, há cerca de cinco mil posseiros ameaçados de expulsão. Eles vivem nas glebas Piaus-Araes e Santa Maria, no município de Água Boa; Macife, Cancela, Santa Rita e Melo Junqueira, em Ribeirão Cascalheira; Volta Grande, em Araguaína, e Pableolândia em Barra do Garças.

Arimatéia adiantou que uma caravana de cinquenta pessoas, composta por prefeitos, vereadores, representantes da Igreja e lideranças rurais dos dezesseis municípios, irá a Brasília tentar uma audiência com o ministro da Agricultura, Antonio Cabrera. Na oportunidade, será apresentado um relatório sobre os conflitos agrários na região do Vale do Araguaia. "Vamos mostrar que mais mortes virão se não for feita alguma coisa", alertou Arimatéia. (MC/1)

Invadida a sede dos sem-terra no Sul

A sede do Movimento dos Sem Terra em Porto Alegre (RS) foi invadida no dia 16 de abril. Os invasores levaram documentos da organização e fitas cassetes sobre o trabalho realizado no estado e com informações didáticas sobre o cultivo da terra. Máquinas de escrever, de calcular, de xerox, um telex e dinheiro não foram tocados. "Aqui aconteceu uma invasão política e não um arrombamento", disse Joalcir Picolotto, membro da executiva regional. (*Jornal do Brasil*, 17/4/90)

Sindicalista é baleado por fazendeiros

Antônio Ednilo Costa, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixeramobim (CE), foi baleado na madrugada do dia 13 de abril por um grupo de fazendeiros, liderado por Dalberto Silva. Antônio Ednilo levou dois tiros no peito quando a casa onde estava foi invadida. (*Jornal do Brasil*, 17/4/90)

Condenado fazendeiro assassino

O fazendeiro Boaventura José de Magalhães, que em 1985 assassinou o trabalhador rural Júlio Rodrigues de Miranda num atentado em que foi ferida sua mulher, Cipriana Cruz Rodrigues, no município de Bonfinópolis (MG), foi condenado a um ano e meio de prisão, com direito a *sursis* e a cumprir a pena em liberdade. É a primeira vez no Brasil que um fazendeiro vai para o banco dos réus e é condenado por este tipo de crime.

Réu confesso, o assassino foi absolvido num primeiro julgamento em 1987 no município de João Pinheiro (MG), pois o júri acolheu a tese de "legítima defesa". Por ter ferido Cipriana, ele foi condenado a seis meses de prisão, pena que cumpriu em liberdade. Em novo julgamento, foi inocentado deste crime. Para os sindicalistas rurais, houve pequeno avanço da Justiça, embora a pena seja cumprida em liberdade.

Trabalho escravo em fazenda de MT

A fazenda Escondida, no município de Matupá (MT), vem sendo denunciada pela prática de regime de escravidão. As denúncias foram confirmadas por trabalhadores que conseguiram fugir de lá e relataram as violências sofridas pelos trabalhadores. Eles contaram que são arregimentados nas cidades por agenciadores como o senhor "Pebe", dono de uma pensão local, ou diretamente pelo proprietário da fazenda, "Chapéu Preto", que fazem várias promessas nunca cumpridas.

Um dos trabalhadores que conseguiram escapar, Sílvio Alves de Lima, chegou a São José do Xingu onde confirmou as denúncias, afirmando que, além de não ser cumprido o preço combinado pelo trabalho, os que reclamam são amarrados, surrados e passam a trabalhar sob a vigilância de pistoleiros. Segundo ele,

são comuns ameaças de morte aos que tentam fugir.

Clêmente Ribeiro dos Santos é outro trabalhador que confirma as denúncias. Ele fugiu com mais dois companheiros no dia 19 de março. Os três foram perseguidos por pistoleiros da fazenda. Alcançados, foram espancados, levados de volta para a fazenda, onde foram novamente surrados e obrigados a baterem um nos outros como forma de intimidar os demais trabalhadores. À noite, eram levados aos alojamentos, trancados com cadeados pelo lado de fora, só abertos no dia seguinte, na hora do trabalho.

João Luís de Souza Parente confirma as denúncias. Ele diz que fugiu da fazenda Escondida com mais três companheiros. Foram perseguidos por vários dias, chegando em São José do Xingu somente duas semanas depois. (CPT-MT)

Procurador-geral apura escravidão

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, mandou abrir inquérito para apurar as denúncias de José Hermocho Maciel e Horácio Carmo, que trabalharam na fazenda Arizona, no sul do Pará, em regime de escravidão. Os dois foram à Procuradoria levados pelo padre Ricardo Rezende, que entregou um dossiê denunciando o mesmo crime na fazenda São Luís, onde 58 pessoas continuam aprisionadas.

José Hermocho fugiu da fazenda Arizona no final de março e denun-

ciou ao juiz de Redenção, Normando do Carmo Borges, que além de não ter salário, o pessoal era espancado. "No início de fevereiro, fui recebido ali com uma surra de facão", disse. E contou que dois companheiros seus foram assassinados. O juiz mandou prender o encarregado, Wilker Martins George, e dez pistoleiros. E o gerente, Marcos Aurélio Santana, resolveu *dispensar* 150 pessoas. O gerente e a proprietária, Euclenice Novaes Campos, continuam soltos. (Jornal do Brasil, 26/04/90)

Acusados de matar Chico Mendes serão julgados em junho

O fazendeiro Darli Alves da Silva e seu filho Darci, acusados de mandante e executor do assassinato do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, no Acre, finalmente vão ser julgados. O juiz Adair Longuini levará pai e filho ao Tribunal do Júri, no início de junho. O julgamento será filmado pelas redes de televisão americanas NBC e CNN e terá a presença de ambientalistas internacionais como Thomas Lovejoy e Barbara Bamble. A America's Watch, instituição americana que congrega advogados para atuar em atentados contra os direitos humanos em toda a América Latina, já manifestou interesse em mandar representantes para o julgamento.

O desembargador Lourival Alves da Silva, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, recebeu dia 21 os autos do processo, que estavam sendo analisados pela Procuradoria-Geral da Justiça. Cabe ao desembargador aceitar ou não, até o dia 27, recurso impetrado pelos advogados de Darli Alves da Silva para atrasar o processo. "O Tribunal de Justiça vai cumprir os prazos legais", afirma o desembargador. Depois da decisão do desembargador, o processo voltará ao juiz de Xapuri, Adair Longuini, que marcará a data definitiva do julgamento.

"Tenho mais oito processos para julgar, mas, assim que o caso Chico Mendes voltar às minhas mãos, anunciarei o dia do julgamento. Já deveríamos ter feito esse júri há muito tempo", admite Longuini. O processo se arrasta na justiça há 16 meses.

O jurista Márcio Thomaz Bastos, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), será o advogado de acusação contra Darli e Darci Alves da Silva, assessorado pela advogada Sueli Bellato, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que está à frente do processo. (Jornal do Brasil, 22/04/90)

Eletrobrás anuncia suspensão de construção de usinas

A Eletrobrás anunciou a suspensão da construção de cinco usinas hidrelétricas no País, que teriam uma potência instalada total de 3.980 megawatts. No Rio São Francisco não serão mais construídas as usinas Pedra Branca, de 1.088 megawatts, e Belém, de 672 megawatts; no Rio Araguaia, a construção da usina Santa Isabel, de 660 megawatts, também foi suspensa; e no Rio Iguaçu, a Capanema, de 1.200 megawatts, e a Foz do Bezerra, de 360 megawatts, no Tocantins, em Goiás, também não serão mais construídas.

Esta última, segundo o Diretor de Planejamento da Eletrobrás, José Luiz Alqueres, inundaria uma área de grande interesse arqueológico, antiga terra de quilombos. (*O Globo*, 12/03/90)

Pesticidas contaminam agricultores

Metade dos três mil trabalhadores rurais do município de Uruana, distante 182 quilômetros de Goiânia, apresenta graus variados de intoxicação por inseticidas, principalmente o Furadan, usados no controle de pragas das lavouras de melancia. De 326 amostras de sangue coletadas para exame, foram detectadas, em 47,9% dos casos, intoxicação, alguns em estado agudo, segundo informações do médico sanitário Raimundo Nonato Leite Pinto, diretor do Centro de Informações Tóxico-Farmacológico de Goiás.

Arnaldo Bonfim, supervisor regional da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Emater) em Goiás, explicou que este "quadro dramático" é resultado do uso abusivo e incorreto de venenos, por mais de 20 anos, na cultura da melancia.

O Furadan é o agrotóxico mais perigoso e também o mais vendido

na região, e o seu uso indiscriminado pode ser também a causa do aparecimento de grande número de casos de câncer e nascimento de crianças com defeitos físicos na região.

O médico Geraldo Sarti, da Superintendência de Segurança de Medicina no Trabalho, reconhece que existem riscos de contaminação para a melancia. Na safra passada, para cerca de 50 mil toneladas da fruta, os produtores de Uruana usaram 25 toneladas de defensivos agrícolas, sendo 15 toneladas de fungicida (usados como preventivos de pragas) e 10 toneladas de inseticidas (principalmente o Furadan). Bonfim esclareceu que os inseticidas devem ser usados somente em casos de pragas confirmadas, enquanto em Uruana eles são usados para baratear os custos da produção, diminuindo a mão-de-obra. (*O Estado de S. Paulo*, 25/04/90)

Sindicalistas denunciam a Chesf

Os trabalhadores rurais reassentados nos Projetos Especiais de Caraíbas (Santa Maria da Boa Vista-PE), Brígida (Orocó-PE), Pedra Branca (Curaçá-BA), Jusante (Glória-BA), e nos Projetos de Borda do Lago, em Pernambuco e na Bahia, atingidos pelo lago formado pela UHE-Itaparica, hoje denominada UHE-Luiz Gonzaga, denunciam que a Chesf não cumpriu o acordo firmado em 6 de dezembro de 1986, segundo o qual os projetos de irrigação estariam totalmente implantados em julho de 1988, o que é fundamental para que a população rural assentada possa retomar suas atividades produtivas, que foram suspensas desde agosto de 1987, em função do enchimento do reservatório da UHE-Itaparica, que inundou todas as terras agricultáveis na margem do Rio São Francisco, nesta região.

Hoje, passados quase dois anos

do prazo prometido pela Chesf, as obras civis dos projetos de irrigação continuam paradas, deixando a população reassentada em situação precária, pois nos locais onde foram alocados só é possível produzir através do uso da irrigação.

Essa paralisação das obras não se justifica, pois além dos equipamentos (eletrobombas, tubulações, registros etc.) já estarem adquiridos, o Banco Mundial aprovou em 20 de fevereiro de 1990 a liberação de 100 milhões de dólares, especificamente para a implantação dos projetos de irrigação para o reassentamento definitivo da população atingida.

Desta forma, não se justifica o procedimento da Chesf de continuar com as obras civis dos projetos de irrigação paralisadas.

Além de tudo isso, as casas construídas nos projetos e na Borda do Lago, ocupadas pelos reassenta-

dos estão rachando, principalmente em Itacoatiara, município de Rodelas-BA, ao que se juntam os precários serviços de saúde, educação e transporte prestados à esta população.

Por isso, os sindicatos reunidos no Polo Sindical do Sub-médio São Francisco — BA/PE exige da Chesf e do governo federal as seguintes medidas:

- Reinício imediato das obras civis dos projetos de irrigação.
- Serviços de saúde, educação e transporte decentes.
- Imediata solução para as casas rachadas.

Petrolândia (PE), 28 de março de 1990

Polo Sindical do Sub-médio São Francisco

Sindicato dos Trabalhadores Rurais — BA/PE

Juiz ordena retomada da operação Yanomami

O juiz Novelty Vilanova da Silva Reis, da Sétima Vara Federal, determinou ontem ao presidente interino da Fundação Nacional do Índio (Funai), cel. Airton Alcântara Gomes, a "continuidade" da operação de retirada dos garimpeiros do território Yanomami, em Roraima. A mesma determinação também foi feita ao secretário da Polícia Federal, Romeu Tuma. A primeira ordem judicial de retirada dos garimpeiros foi proferida em 7 de outubro de 89.

O juiz ordenou que as duas autoridades não levem em consideração os decretos 98.959 e 98.960, do ex-presidente José Sarney, que criaram três "reservas garimpeiras" dentro da área indígena.

O juiz afirmou, em seu despacho endereçado à Funai e à PF, que a portaria 49, de 26 de janeiro último, do ex-ministro da Justiça, Saulo Ramos, é "ilegítima". Isso porque, afirma Novelty Reis "usurpa a competência da Funai para exercer o poder de polícia relativo às questões indígenas". A portaria de Ramos evoca para o Ministério da Justiça a retirada de garimpeiros e invasores do território Yanomami.

O juiz disse que "não está determinando que se mate garimpeiros" e que "sabe que há dificuldades em uma área tão extensa" (9,4 milhões de ha). Mas cobra uma "ação de governo" para o cumprimento da ordem judicial "em paz". (*Folha de S. Paulo*, 20/04/90)

PF explode a primeira pista de garimpeiros

A explosão da primeira pista de pouso clandestina, Baiano Formiga, ocorreu no dia 2 de maio numa operação que envolveu 70 homens do Exército, Polícia Federal, Ibama e Funai. A pista de 600 metros de extensão foi destruída em cinco segundos, dando lugar a crateras a cada cinco metros, com cerca de dois metros de profundidade por três de largura. Fora esta pista, outras 11 serão dinamitadas até o dia 13 de maio.

Depois desta data, o trabalho de destruição das pistas (um total de 98) será feito mecanicamente. São as seguintes as 11 pistas que ainda serão dinamitadas: Pau Grosso, Expedito, Jeremias, Chico Ceará, Caveira III, Rangel, Xiriana, Majestade, Castelo II, Bandeirantes e Rainha do Inajá. Para uso da Funai e do Exército, serão preservadas as pistas de Paa Piú e Surucucu. Para a destruição de cada pista, serão necessários 170 quilos de explosivos.

O diretor-geral da PF, Romeu Tuma, que assistiu a explosão, disse que não há garantia de que a destrui-

ção das pistas afaste os garimpeiros da reserva.

O secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger, disse na quarta-feira, 2 de maio, em Porto Alegre, que a dinamitação das pistas para aviões na Amazônia é apenas o primeiro passo e não o mais importante para acabar com o garimpo na região.

Aviões na área — A movimentação na área Yanomami ainda não parou totalmente. No aeroporto de Boa Vista, dos 400 aviões que circulavam regularmente, não restam mais que 20. Isso não significa que não há mais vôos. Os aviões agora utilizam três ou quatro pistas particulares. Na pista de Cariri, a 20 quilômetros de Boa Vista, há aproximadamente de 100 aviões no pátio e a média diária de decolagens é de 25 a 30. Segundo alguns pilotos, apenas um terço dos aviões foram embora e cerca de 300 ainda estão na área. (*Gazeta Mercantil*, 01/05/90, *Folha de S. Paulo*, 03/05/90 e *O Estado de S. Paulo*, 04/05/90)

Não há consenso sobre o número de pistas clandestinas

O diretor geral do Instituto de Pesquisas Espaciais, Márcio Nogueira Barbosa, não vai contestar as acusações feitas ao Inpe, em Brasília, pelo coordenador da Funai, Nilton Campos. "O Inpe não tem nada a declarar", disse Márcio Barbosa. Segundo Nilton Campos, o levantamento feito pelo Instituto como encomenda da Polícia Federal, para localizar pistas de pouso clandestinas na reserva dos índios Yanomami, em Roraima, está desatualizado. Os dados do Inpe, a partir de imagens do satélite Landsat, apontam a existência de 75 pistas, abertas por garimpeiros. O coordenador da Funai contesta os números afirmando que existem 110 e que a conclusão do Inpe foi feita com base em fotos tiradas pelo satélite em junho do ano passado. (*Diário Popular*, 11/04/90)

Procurador da República indignado

O procurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi, está disposto a ir à ONU para denunciar o governo brasileiro, em razão da permanência de garimpeiros na reserva dos Yanomami. (*Folha de S. Paulo*, 17/04/90)

Missão fica

O Tribunal Regional Federal de Brasília, a pedido do Ministério Público, cassou decisão da Funai de retirar a missão católica Catrimani da reserva Yanomami. (*Folha de S. Paulo*, 25/04/90)

Suiços fazem ato pelos Yanomami

Membros das organizações humanitárias internacionais fizeram uma manifestação no último dia 2, em frente à embaixada brasileira em Berna, na Suíça, carregando velas e um caixão simbolizando o "genocídio Yanomami" (*Folha de S. Paulo*, 03/05/90)

Fome e doenças: herança dos garimpeiros aos Yanomami

Na pista do Geremias, onde está a base de operações da Polícia Federal e do Exército, os índios estão sendo atendidos por um médico e duas enfermeiras da Funai em um barracão aberto e em condições precárias de higiene. Os que não estão com malária encontram-se em estado grave de desnutrição. "Agora, com a presença dos helicópteros, tem sido mais viável o atendimento aos doentes", diz o médico Oneron de Abreu Pitham, da Funai. Mas ele teme que, com o final das explosões e a retirada da Polícia Federal da área, os helicópteros também saiam.

O atendimento médico é dificultado pela descontinuidade do tratamento e falta de pessoal especializado e de instalações. "Não podemos pôr um remédio contra malária na mão do índio e esperar que ele tome 14 dias seguidos, religiosamente", diz o médico. Eles também não conseguem manter os índios todo esse tempo na cidade, longe da família. A solução é ir para o mato, onde eles estão; é dar os remédios na boca, o que será impossível de fazer sem o apoio dos helicópteros.

Onerom acha positiva a retirada

dos garimpeiros da área. Ele acredita que em muitas malocas será possível reverter a grave situação de saúde, apesar dos números que conseguiu reunir em 19 das 42 malocas Yanomamis da região de Surucucu. Os números traduzem uma situação de calamidade: dos 1.283 índios que vivem lá 880 estão doentes. A malária atinge 219 deles; as doenças de pele estão em segundo lugar, atingindo 124. Depois vêm as infecções pulmonares (116) e desnutrição (107).

As doenças venéreas — que inexistiam antes do garimpo — também têm se alastrado com uma rapidez incrível, lideradas pela gonorréia.

Depois que terminarem as explosões das pistas, os médicos temem que haja um surto de mortes por malária. Os garimpeiros deixaram nos rios um rastro devastador: margens e barrancos desfeitos, terra revolvida e, principalmente, muita água empocada e estagnada nas lagoas que hoje preenchem os buracos cavados em busca do ouro. "Quando as águas baixarem, no final da estação chuvosa o pico de malária vai ocasionar muitas mortes", disse Pitham. (*Jornal da Tarde*, 03/05/90)

Banco Mundial quer o fim do distrito invasor em terras Zorós

Por exigência do Banco Mundial (Bird), o governador de Mato Grosso, Edison de Freitas, deverá revogar a lei que criou o Distrito de Paraíso da Serra que tem cerca de 8 mil habitantes, dentro da Área Indígena dos Zoró, na região de Aripuanã (MT).

Colonizada por posseiros e madeireiros, a maioria procedente de estados do Centro Sul do país, a pequena cidade na selva já teve ateleições, a partir de 1986. O governo não sabe quantas são, nem o que fazer com as famílias de posseiros que poderão ser indenizadas e remanejadas, porque foram tituladas sobre território indígena pelo

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Bird condicionou a regularização fundiária como um dos fatores para liberar ao governo de Mato Grosso empréstimo de US\$ 260 milhões, dinheiro destinado ao projeto de desenvolvimento agroecológico do Estado (Prodeagro).

Em junho próximo o banco enviará uma missão para avaliação final do problema indígena. O Prodeagro beneficiará, entre outros setores, a Educação, Saúde e Meio Ambiente, abrangendo 64 dos 95 municípios mato-grossenses, com aval do Incra, Sudam e Ibama. (*Jornal de Brasília*, 12/04/90)

Bomba

O procurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi, recebe hoje relatório feito por equipe médica que trabalha em Roraima informando a abertura de outras pistas de pouso para garimpeiros em substituição às que a PF começou a destruir. (*Painel, Folha de S. Paulo*, 03/05/90)

Lobo no galinheiro

O relatório informa que a PF e a Funai estão usando na operação de destruição das pistas, aviões da Carbonary. Empresa do presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado. (*Folha de S. Paulo*, 03/05/90)

Pouso tranquilo

Segundo o relatório, José Altino mantém pistas de pouso em três áreas de exploração de cassiterita na região do Alto Parima, na fronteira com a Venezuela, que também deveriam ser destruídas pela PF. (*Folha de S. Paulo*, 03/05/90)

Apesar de tudo, cresce população indígena no Brasil

Contrariando os pessimistas que acreditam na extinção dos povos indígenas no Brasil, a sua população está crescendo. Uma pequena nota publicada na seção "Radar" da revista *Veja*, reforça a idéia de que os índios aqui estão para ficar. Usando informações da Funai, a nota diz que a população global dos índios brasileiros cresceu 25% na década de 80.

Algumas tribos de índios brasileiros têm aumentado sua população num ritmo superior ao total do país. Os Paracaná, do sul do Pará, aumentam 9,9% ao ano — contra 2,9%, a média dos brancos. Os índios Gaviões dobraram a população nos últimos cinco anos. Os Xavante também multiplicaram por dois o contingente da tribo ao longo dos anos 80. (*Veja*, 11/04/90)

Banco Mundial aponta falência do ensino brasileiro de 2º grau

Um relatório confidencial do Banco Mundial, obtido com exclusividade pela Folha, traça um "quadro negro" da educação de 2º grau no Brasil. Os dados mostram que o país tem uma das menores taxas de matrículas no secundário entre os países em desenvolvimento — 37%, ficando atrás do Chile e do México. As projeções indicam ainda que, no atual ritmo de crescimento das matrículas, o Brasil chegará ao ano 2015 com menos de 50% da população em idade escolar (entre 16 e 18 anos) no 2º grau.

O diagnóstico é sombrio: a falta de escolaridade da força de trabalho, se não afetou o país no passado, pode comprometer o seu futuro econômico. Para os analistas do Banco Mundial (Bird), o avanço tecnológi-

co vai exigir mão-de-obra cada vez mais especializada, requisito que o Brasil não conseguirá cumprir com baixas taxas de escolaridade.

A análise do Bird conclui que o Brasil está gastando mal em educação. O principal problema não é falta de verbas, como costumam se queixar os profissionais da área, mas sua má distribuição: em vez de investir em educação básica, o país gasta grandes quantias em cursos técnicos, de treinamento profissionalizante.

A ação do governo, na análise do relatório, é "ultracentralizadora", ao mesmo tempo que deficiente no controle da qualidade do ensino. Entre as sugestões para "sair da crise" estão: 1) incentivar, através de subsídios, a expansão da rede privada, es-

pecialmente a abertura de escolas particulares em bairros de classe média baixa; 2) diminuir os custos por aluno das escolas técnicas federais; 3) devolver às direções das escolas o poder de decisão sobre orçamento, currículo e seleção de professores.

As escolas públicas, que atendem a maioria dos estudantes do 2º grau, levaram poucos elogios do Banco Mundial. Os dados mostram que rede pública é marcada por altas taxas de repetência, grande evasão escolar e baixa qualidade de ensino. De cada cem ingressantes na escola estadual, por exemplo, só 42 concluem o curso — 29% largam o colégio no primeiro ano e a taxa de repetência chega a 22%. (Folha de S. Paulo, 29/04/90)

Secretário admite desperdício de dinheiro no ensino

O secretário da Educação de São Paulo, Carlos Estevam Martins, 54, concorda com as conclusões do relatório do Banco Mundial (Bird). Segundo Martins, "reestruturando a máquina burocrática, poderemos fazer muito mais com a verba disponível". Martins afirma que já está com o governador Orestes Quércia um pacote de medidas para "modernizar a secretaria" e tentar resolver a curto prazo os problemas da educação

no Estado. O secretário não quis divulgar o conteúdo das medidas.

O assessor especial da Secretaria Municipal de Educação, Moacir Gadotti, 49, diz que as análises do Bird não levam em conta a "realidade social" que diferencia alunos de escolas públicas e privadas. O relatório faz avaliação positiva das escolas particulares e reprova as públicas.

Gadotti concorda com o relatório quando diz que a melhoria da quali-

dade do ensino público não depende só de injeção de recursos: "É preciso reestruturar as escolas públicas para lhes dar mais autonomia nas decisões". Mas questiona a expansão da rede privada, proposta pelo Bird: "Basta ver o que ocorreu no ensino superior. O aumento de vagas diminuiu a qualidade até no ensino básico, pois os professores passaram a ser preparados por escolas piores". (Folha de S. Paulo, 30/04/90)

CNBB denuncia o quadro alarmante do analfabetismo

Os números oficiais são alarmantes: mais de 25% dos brasileiros são analfabetos. Apesar das campanhas erradicadoras, o problema não só persiste mas se agrava. Desde 1920, quando se realizou o primeiro censo oficial no Brasil, a proporção de analfabetos vinha decrescendo. A partir de 1988 esta tendência se inverteu.

Dados de 1986 revelam que havia 22 milhões de crianças fora da pré-escola e 5 milhões sem acesso ao 1º grau; que dentre os que possuíam de 15 a 20 anos, 12 milhões não frequentavam o 2º grau e dentre os 12

milhões existentes na faixa de 20 a 24 anos, apenas 1,3 milhão ingressaram no ensino superior.

Para a CNBB, os milhões de brasileiros que nunca tiveram e não têm acesso à educação pública são a demonstração mais evidente de que ela não é democrática.

Os bispos acreditam que os movimentos comunitários e populares se têm empenhado, com muita criatividade, na descoberta de formas alternativas de educação, não conseguindo, porém, criar condições para que todos pudessem ter acesso a ela.

Há necessidade urgente de concentrar o maior número possível de recursos na erradicação do analfabetismo e na universalização da educação básica.

Eles acusam que até agora pouco se fez para alterar em profundidade as atitudes de omissão, de irresponsabilidade social, de imprevidência e de descompromisso do Estado brasileiro frente a uma de suas contribuições fundamentais. Reverter esse quadro, conforme a CNBB, exige audácia. (Diário do Povo/Campinas, 22/04/90)

Chiarelli inicia negociações para obter US\$ 500 milhões do Bird

O governo brasileiro deu o primeiro passo para tentar obter um empréstimo que pode chegar a US\$ 500 milhões (Cr\$ 37 bilhões no câmbio paralelo) junto ao Banco Mundial (Bird) para financiar projetos de educação. O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, 49, recebeu ontem "sinal verde" do presidente Fernando Collor para negociar o empréstimo. A verba deve ser usada para a construção de escolas e treinamento de professores da rede de ensino básico.

A aprovação do governo para o programa de "universalização do ensino básico" abre as portas para o

recebimento imediato de uma doação de US\$ 1,4 milhão (Cr\$ 103 milhões) do governo do Japão. O protocolo de intenções deverá ser assinado entre o Brasil e o Bird em agosto.

O ministro já definiu também que o programa nacional de alfabetização começará em julho, com recursos do próprio ministério. Ele pretende utilizar as universidades para "treinar e requalificar professores de 1º grau e docentes leigos". A "cliente-la prioritária" para a alfabetização, segundo Chiarelli, serão crianças entre 7 a 14 anos que não estão na escola. (*Folha de S. Paulo*, 02/05/90)

Professores acampam em frente à sede do governo

Em greve há 44 dias, milhares de professores da rede estadual de ensino paranaense passaram a noite de quarta para quinta-feira acampados em frente ao Palácio Iguazu, em Curitiba, protestando contra as medidas administrativas anunciadas pelo governo contra a greve da categoria e para normalizar o calendário escolar.

Ontem, o estado, através do Diário Oficial, publicou um ultimato a 1.380 professores, contratados pelo regime de CLT, para que voltem aos seus locais de trabalho dentro de três

dias ou "serão sumariamente demitidos". Havia na manifestação 4 mil grevistas, segundo o governo, ou 9 mil, segundo os professores.

A Associação dos Professores do Paraná (APP) calcula que 63 mil dos 90 mil professores do estado estejam em greve, reivindicando o salário mínimo do Dieese para a categoria: Cr\$ 25.086,00 (valores de março). O governador Álvaro Dias responsabilizou o novo plano econômico por não permitir o aumento salarial. (*Gazeta Mercantil*, 04/05/90)

A escola pública em ruínas

As estatísticas da decadência física e humana da escola pública de 2º grau em Salvador poderiam sugerir a pais de alunos e comunidade que o governo do estado lhe devota uma antipatia política. Mas um levantamento da entidade de classe dos professores do estado registra algo muito mais sério. A decadência e o abandono a que o governo do estado condenou a escola pública se espalham por toda a Bahia. Também nas maiores ou menores cidades do interior do estado existem prédios escolares em ruínas, faltam professores e

as mínimas condições materiais para a educação.

A humilhação a que o governo do estado submete a comunidade atinge a todos, inclusive os professores, que ainda ganham salário mínimo ou pouco mais, que devem ter muito pouca disposição ou condições físicas para desempenhar suas funções.

As estatísticas da crise são chocantes. Levantamento da Associação dos Professores indica que de 4.500 escolas públicas da Bahia, 1.800 não funcionam como deviam. (*A Tarde*/Salvador, 22/04/90)

Escolas funcionam com professores "improvisados"

As escolas estaduais do Grande ABC têm hoje estudante de 1º ano de Economia Doméstica dando aula de Matemática, Ciências e Desenho Geométrico, além de técnico de Contabilidade ensinando Educação Física. Este mês, as escolas entregaram dados alarmantes para a Secretaria Estadual da Educação: uma em cada 14 aulas de 4ª série ao 3º colegial são lecionadas por estudantes que sequer completaram o curso. Eles muitas vezes ensinam matérias sobre as quais nunca tiveram conhecimento específico. Os professores "improvisados" dão 21,7% das aulas da rede estadual do Grande ABC.

Essa realidade é apenas parte de um problema muito mais amplo. Há advogados formados ensinando filosofia, jornalistas dando aulas de inglês. Em resumo, os professores improvisados, estudantes ou formados, lecionam 21,7% das aulas em escolas estaduais do Grande ABC, pouco mais de 1/5 do total. Mara Dedini, diretora do Sindicato dos Professores do Estado, a Apeoesp, acredita que a maior parte dos pais de alunos desconhece que os filhos estão tendo aulas com não habilitados.

Apesar desta concessão das Delegacias de Ensino, chamada de "autorização para docentes lecionarem em caráter excepcional", faltam professores em todas as sete cidades da região, que possuem 348 escolas estaduais.

Professores, diretores e a própria Apeoesp indicam em uníssono a raiz de tantas irregularidades: o achatamento salarial dos professores, que começou no governo Paulo Maluf, de 79 a 83, com 39,83% de perdas salariais, seguido de Franco Montoro, de 83 a 87, com redução real de 8,84%. O campeão de redução de pagamento dos professores tem sido Orestes Quêrcia, cujo governo não terminou, mas já retirou 52,83% do poder de compra dos salários. Em 11 anos, houve uma perda acumulada de 282,46%. (*Diário do Grande ABC*, 29/04/90)

Violeta assume na Nicarágua e enfrenta primeira crise

Depois de quase onze anos de governo sandinista, Violeta Chamorro assumiu, no dia 25, a presidência da Nicarágua e a primeira crise política do novo governo. Ao anunciar, no discurso de posse, que manteria o general Humberto Ortega, irmão do ex-presidente Daniel Ortega, no comando das Forças Armadas, Chamorro surpreendeu a União Nacional de Oposição (UNO), coligação de catorze partidos que a apoiou. Os dirigentes da UNO consideraram inaceitável a presença de sandinistas no novo governo.

Antes de entregar a faixa presidencial, Daniel Ortega fez um discurso em que prometeu que os sandinistas farão uma oposição construtiva ao novo governo. Violeta Chamorro, ao discursar, disse que Humberto Ortega prosseguirá no comando das Forças Armadas até 10 de junho, data marcada para o completo desarmamento dos "contras". Ela contrariou as determinações da UNO também quando anunciou que acumularia o Ministério da Defesa. "É para assegurar que o poder militar esteja submetido ao poder civil", disse. Ela aposta no fim do embargo econômico e na injeção de dinheiro dos Estados

Unidos para compensar a destruição provocada pela guerra civil.

Contras — Um grupo de 600 rebeldes contra-revolucionários se negou a aceitar o pedido feito por representantes das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas para que entregassem as armas logo após a posse de Chamorro. Os "contras", comandados por Israel Galeano, riram quando o major espanhol José Luis Garcia pediu que depusessem as armas.

O comandante Franklin, como é chamado Israel Galeano, disse que nenhum "contra" entregará as armas. Segundo ele, líderes rebeldes decidiram não cumprir o acordo firmado em 19 de abril entre eles e o novo governo nicaraguense, enquanto Humberto Ortega e outros dirigentes sandinistas não forem afastados do comando das Forças Armadas. Pelo acordo, os cerca de 10 mil guerrilheiros "contras" começariam a entregar suas armas à ONU no dia 25 e o desarmamento completo ocorreria até 10 de junho.

Missão brasileira — Uma missão militar brasileira com 21 oficiais vai

a Nicarágua nos próximos dias para juntar a missões militares convidadas pela ONU para acompanhar a desmobilização dos "contras". A composição da missão brasileira foi definida pelo Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek. (*Folha de S. Paulo*, 25/04/90)

A vitória de Violeta Chamorro na Nicarágua não representa o fim do sandinismo. Daniel Ortega só não ganhou porque o povo está cansado da guerra, que já fez mais de 50 mil vítimas num país de pouco menos de 4 milhões de habitantes.

A vitória de Daniel Ortega traria como consequência a continuidade dos combates, o bloqueio econômico e até uma possível intervenção militar norte-americana do exército dos Estados Unidos, que durante os quase onze anos de governo sandinista não promoveram um instante sequer de paz. Os sandinistas continuam com um partido sólido, enquanto a UNO não passa de uma coalizão débil com ideologias e interesses distintos que pode ruir a qualquer momento.

Cronologia

17/07/79 — O ditador Anastácio Somoza é deposto e exilado por um levante popular liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional; uma junta de cinco pessoas, incluindo Daniel Ortega e Violeta Chamorro, assume o governo do país.

19/04/80 — Chamorro rompe com os sandinistas e deixa a junta de governo.

01/04/81 — Os EUA suspendem a ajuda econômica à Nicarágua e, no mesmo ano, começam a ajudar financeiramente os rebeldes anti-sandinistas, os "contras", acampados em território hondurenho.

04/11/84 — Ortega vence as primeiras eleições presidenciais desde a revolução.

01/05/85 — O presidente dos EUA, Ronald Reagan, impõe um embargo comercial à Nicarágua.

Nov/86 — É revelado o escândalo Irã-Contras. O dinheiro obtido com a venda ilegal de armas ao Irã é desviado pelo governo Reagan para os "contras".

14/02/89 — Durante uma reunião de cúpula entre presidentes centro-americanos, Ortega se compromete a realizar eleições presidenciais até 25 de fevereiro de 1990.

02/09/89 — Chamorro é indicada candidata à Presidência da Nicarágua por uma coligação de 14 partidos de oposição.

25 de fevereiro de 1990 — Chamorro vence as eleições presidenciais.

23/03/90 — Líderes dos "contras" em Honduras anunciam a desmobilização das forças anti-sandinistas após encontros com representações do novo governo.

18/04/90 — Algumas das tropas anti-sandinistas entregam suas armas às forças das Nações Unidas em Honduras.

19/04/90 — Representantes dos "contras" e dos sandinistas acertam um cessar-fogo definitivo na guerra que já dura oito anos. Outro acordo, assinado com o novo governo, garante que o processo de desarmamento dos "contras" será concluído em 10 de junho.

25/04/90 — Chamorro assume a Presidência da Nicarágua para um mandato de seis anos.

Igreja Universal do Reino de Deus envolvida em mais um inquérito

A morte de uma mulher numa concentração evangelística na Sexta-Feira Santa no Maracanã, provocou mais reações da sociedade contra as práticas religiosas da Igreja Universal do Reino de Deus. Na ocasião cerca de 250 mil pessoas disputavam um lugar para participar do momento em que o bispo Edir Macedo, líder da Igreja, denominou "Sexta-Feira da Libertação".

Ao ritmo de músicas populares com letras religiosas, o bispo mandava os fiéis fecharem os olhos e se concentrarem para sua enfermidade desaparecer. Além disso, o bispo pedia para os fiéis que estivessem curados atirarem para o gramado ou entregarem aos "obreiros" seus óculos, muletas, aparelhos de coluna ou coisas do gênero.

O culto foi tumultuado. Com duas horas haviam sido registrados setenta atendimentos médicos mas ao final o dobro de pessoas já havia procurado o serviço de emergência. A maioria dos casos apresentou problemas de hipertensão.

Maria Pureza da Silva, de 65 anos, morreu de infarto. Segundo os médicos, ela chegou morta ao posto e testemunhas afirmam que ela poderia ter sido socorrida, não fos-

sem os fiéis da Igreja que impediam que fosse removida do local, alegando que ela seria curada pela fé.

Ao final do culto foram recolhidas grandes sacas com ofertas em dinheiro e jóias, totalizando Cz\$ 30 milhões.

Estes fatos levaram à abertura de um inquérito pelo Delegado-Titular da 18ª D.P. para apurar prática de curandeirismo e o destino do dinheiro e dos objetos de valor arrecadados. Segundo o advogado Luis Eduardo Salles Nobre, os fatos descritos sobre o culto podem ser enquadrados no artigo 283 do Código Penal e na Lei de Economia Popular. Edir Macedo foi intimado a comparecer à 18ª D.P. para depor, mas viajou para Nova York, onde reside. A advogada do pastor garante que ele só se apresentará ao delegado se for indiciado ou se forem apresentadas provas que o incriminem. Numa entrevista, o bispo Macedo afirmou que Maria Pureza morreu porque não teve fé: "Ela morreu antes da oração. Eu creio que os parentes lançaram dúvida no coração dela e essa foi a razão de acontecer este acidente". (*Jornal do Brasil*, 14/4/90, 17/4/90, 1/5/90; *O Globo* 14/4/90, 15/4/90, 29/04/90)

O império da Igreja Universal

Sob "inspiração divina", Edir Macedo decidiu há 13 anos criar a Igreja Universal do Reino de Deus, nomeando-se seu bispo. Hoje é líder espiritual de 12 milhões de seguidores no Brasil e no exterior, que buscam curas milagrosas em quase mil templos espalhados por todo o Brasil, quatro nos Estados Unidos, dois na Argentina e ainda na Europa e África, pretendendo instalar futuramente um templo em Moscou. A sede da Igreja Universal do Reino de Deus está hoje em Nova York, onde reside o bispo Mace-

do. "Escolhemos Nova York porque foi uma visão de Deus", diz ele.

Além dos templos a Igreja possui catorze emissoras de rádio, uma construtora no Rio de Janeiro, uma gráfica e desde o início de abril a TV Record de São Paulo, comprada por 45 milhões de dólares. A Igreja está investindo 8 milhões de dólares na nova fase da TV Record. Segundo o bispo Macedo "todo este patrimônio é fruto do esforço coletivo de milhares de fiéis". (*Jornal do Brasil*, 19/4/90; *Veja*, 25/4/90; *O Globo*, 29/4/90)



Bispo Macedo: acusado de charlatanismo

As "missões" de curandeiros "evangélicos" emergiram no Brasil há pelos idos de 1950. Formaram-se de aventureiros vindos da outra América e gerados aqui, ligadas a movimentos pentecostais. As suas propostas sempre foram a cura, a expulsão de demônios e a prosperidade econômica apresentadas como bênçãos espirituais. De vez em quando a polícia é chamada a intervir por causa de excessos ou escorregões.

A grande força desses grupos reside na liberdade que se tem, neste país, para enganar massivamente os ingênuos e induzi-los, por vias bem sorrateiras, aos descaminhos sociais, políticos e religiosos. A grande mentira tem dois pilares: um é a mentira em si que afirma a propriedade curativa de medicamentos, ou os "valores morais" de um candidato, ou a possibilidade de ficar rico; ou a "certeza" de que pela fé tudo se consegue; o outro, mais disfarçado, consiste na apresentação dos "resultados". Omitem-se intencionalmente os números dos que tomaram o remédio, dos que jogaram, dos que foram ao culto e nada. De vez em quando — publicidade não desejada — escapa um desses pobres diabos para o grande público. Ele morre. Então, ah! então, é porque não teve fé. Polícia? Contra redes de televisão e empresas de publicidade? contra "igrejas"? contra tantos vigaristas? Haja policiais e coragem moral. Um dia...

(Carlos Cunha, PAP/CEDI)

CNBB discute educação e seitas

“Educação para todos, um direito negado” foi o tema da 28ª Assembléia da CNBB realizada de 25 de abril a 4 de maio em Itaici, SP. A Assembléia foi marcada pela ausência de seu presidente, dom Luciano Mendes de Almeida, que está se recuperando do grave acidente automobilístico que sofreu no dia 23 de fevereiro.

Além do tema principal, os bispos debateram Plano Collor e a proliferação de seitas. Os bispos elogiaram o Plano Collor ressaltando seus pontos positivos no combate à inflação, porém apontaram os riscos da recessão e do desemprego. Em relação às seitas, sua proliferação, segundo os bispos, se deriva em parte do pequeno número de sacerdotes a serviço dos fiéis, que terminam por procurar estes novos grupos religiosos. Como estratégia, a CNBB pretende estimular a formação de novos padres.

Na assembléia também foi discutida a criação de uma associação nacional de presbíteros, identificada em alguns setores da Igreja como “sindicato dos padres”. A entidade, em processo de formação, pretende encaminhar as reivindicações dos cerca de 13 mil padres brasileiros sobre salários e aposentadoria, além de discutir questões como o celibato obrigatório e a ordenação. Os bispos são favoráveis à entidade “desde que ela não se transforme em associações contestatórias”. (*Jornal do Brasil*, 26/4/90; *O Estado de S. Paulo*, 2/4/90; *Folha de S. Paulo*, 2/4/90)

Violência rural diminuiu em 89

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade da Igreja Católica dedicada ao setor rural, distribuiu em Porto Alegre, o livro *Conflitos no Campo — Brasil 89*. O trabalho apresenta um balanço sobre a violência na zona rural — a CPT contou no ano passado em todo o País, 66 assassinatos de agricultores, 152 ameaças de morte e 103 tentativas de homicídio. A pesquisa, que vem sendo feita desde 1983, é justificada por essa organização da Igreja como uma iniciativa “a serviço da vida dos trabalhadores rurais”.

Esses números mostram que houve uma queda da violência no campo em relação a 1988, ano em que foram registrados 102 mortes e 621 conflitos (no ano passado, foram contados 500 conflitos). “Agora há uma violência mais sofisticada e mortes mais seletivas”, disse o coordenador estadual da CPT, frei Wilson Dall’Agnol. No livro, que tem tiragem de dois mil exemplares e distribuição nacional, a CPT apresenta opinião de que uma das principais causas dos conflitos de terra e das mortes observados foi o descumprimento das metas do Plano Nacional da Reforma Agrária do governo Sarney, de 1985 a 1989, que desapropriaria 41,8 milhões de hectares em todo o Brasil, mas acabou por alcançar apenas 4,9 milhões de hectares. A CPT alega não ter nenhum papel na organização dos movimentos de trabalhadores rurais. (*O Estado de S. Paulo*, 25/4/90)



ELEIÇÕES
& IGREJA

PMDB quer pastorear rebanho evangélico

O PMDB está “botando fé” numa dupla de evangélicos da Igreja Universal do Reino de Deus, que reúne cerca de 350 mil seguidores no Estado do Rio de Janeiro, como puxadora de votos para o partido. Eleito com cerca de 47 mil votos, o deputado estadual Eraldo Macedo — irmão do bispo Edir Macedo — vai tentar a reeleição e planeja fazer a “dobradinha” com o pastor Odemir Vieira, como candidato a deputado federal.

O pastor Vieira tornou-se conhecido ao intermediar a compra da TV Record de São Paulo para o bispo Edir Macedo. Ao menos em relação aos evangélicos desta Igreja, o bloqueio de dinheiro imposto pelo Plano Collor não prejudica campanha alguma.

Eraldo Macedo, que quer brigar “contra os absurdos cometidos contra a igreja”, diz que bastam alguns folhetos de propaganda e o empenho dos pastores. “Fazemos uma política discreta. De forma alguma interrompemos um culto, mas quando ele acaba, pedimos um minutinho para informar que existe um candidato que vai representar aquela comunidade”, resume Macedo. (*O Globo*, 22/4/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL